



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 27/2013, de 23 de abril de 2013.

"REGULAMENTA OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS (TÁXI) BEM COMO O DE TRANSPORTE COLETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Art. 175 da CF/88, na Lei Federal 8.987/95 e, principalmente, na Recomendação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais desta Comarca,

Faço saber que a Câmara Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, aprova e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O número de veículos utilizados como táxis na cidade de Guanhanes, fica limitado a 7 (sete) veículos para cada 2.000 (dois mil) habitantes do município, tomando como referência os dados do último censo do IBGE, já o transporte coletivo de passageiros oriundos da zona rural para a urbana terá no máximo 10 (dez) rotas.

Parágrafo unico – Para efeito desta Lei considera-se veículo de transporte coletivo quaisquer Ônibus ou Vans e de Taxi os veículos com capacidade para o transporte de no máximo 4 (quatro) passageiro, excluindo o motorista.

Art. 2º. Os serviços de táxi e o de transporte coletivo serão prestados exclusivamente, por pessoas físicas ou jurídicas legalmente constituídas, cuja outorga da permissão será realizada mediante processo licitatório.

810

A



Prefeitura Municipal de Guanahães

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. As condições de concorrência, critérios, pontos de taxi na sede, distritos e povoados, tarifas e demais assuntos pertinentes serão regulamentados por decreto municipal, na mesma norma incidirá as condições para o transporte coletivo de passageiros.

autorizado a criação
Art. 3º. Fica criado o Conselho Municipal de Transporte Individual e Coletivo de passageiros, vinculado à Secretaria de Administração e Recursos Humanos à qual compete o exame e sugestões de problemas e casos concretos ligados ao serviço de transporte individual e coletivo, bem como a elaboração de planos e estudos inerentes a esse serviço, inclusive para o cálculo de tarifas e termo de permissão.

Parágrafo único. As Secretarias de Transportes e Trânsito, Administração e Recursos Humanos, bem como a de Fazenda e Planejamento terão encargo de fiscalizar o cumprimento das normas legais e regulamentares pertinentes ao serviço de transporte de passageiros e de opinar como órgão técnico, nos assuntos relacionados com esse serviço, além das atribuições específicas que lhe são conferidas nesta Lei.

Art. 4º. Os permissionários de serviços de táxis e o de transporte coletivo deverão obter alvará de licença junto à Prefeitura Municipal, renovando-o anualmente, mediante o pagamento das taxas respectivas.

Art. 5º. A concessão do termo de permissão a motoristas profissionais autônomos demanda à prévia satisfação e cumprimento das seguintes formalidades:

- a) Estar inscrito no Cadastro de Condutores de Transporte de Passageiros;
- b) Ser proprietário de veículo que possa se enquadrar como táxi;
- c) Estar inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura Municipal;



Prefeitura Municipal de Guanahães

ESTADO DE MINAS GERAIS

- d) Apresentar prova de regularidade fiscal junto aos órgãos federais, estaduais e municipal.

Art. 6º A concessão do termo de permissão à pessoa jurídica demanda a prévia satisfação das seguintes formalidades:

- a) Apresentar veículo de propriedade da empresa destinado ao exercício da atividade;
- b) Estar inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura Municipal;
- c) Apresentar cópia dos documentos de Constituição da Empresa;
- d) Estar inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
- e) Apresentar certidão negativa de débito junto ao INSS.

Par único

Art. 7º O termo de permissão será intransferível.

Art. 8º. Os serviços de transporte coletivo e individual de passageiros deverão, de forma previa, ser aprovados em procedimento licitatório adequado e, após, se inscrever no Cadastro de Condutores de Transporte de Passageiros comprovando e apresentando o seguinte:

- a) Carteira Nacional de Habilitação da competente categoria profissional;
- b) Atestado de antecedentes criminais;
- c) Atestado de residência;
- d) Prova de cumprimento das exigências sindicais;
- e) 1 (uma) foto 3x4.

Art. 9º. Após atender às exigências do Artigo anterior, o motorista receberá da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorização para a obtenção de Alvará de Licença e quitação do ISS, conforme preceitua o art. 4º da presente Lei.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. De posse do alvará de Licença e quitação do ISS, será fornecido pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos o respectivo Cartão de Identificação de Condutor.

Art. 10. Todos os táxis deverão ser dotados de:

- a) Todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN;
- b) Rodas com diâmetros originais equipadas pela fábrica;
- c) Caixa luminosa com a palavra "TÁXI" sobre o teto do veículo;
- d) Cartão de identificação do proprietário e/ou condutor na forma e padronização própria;
- e) Termo de permissão e alvará de licença no caso de autônomo ou firma individual;
- f) Taxímetro modelo eletrônico, com aferição do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia)
- g) Os veículos destinados a esta atividade não poderão ter mais de 10 (dez) anos de fabricação.
- h) Os veículos destinados a esta atividade deverão possuir a cor branca com faixa de identificação na cor azul escuro em ambas as laterais do mesmo, conforme modelo a ser definido pelo município.

§ 1º – O município, a seu exclusivo critério, poderá, considerando a peculiaridade regional, adotar como forma tarifária valores previamente ajustados ponto a ponto, ou seja, tarifa do ponto de taxi a outra localidade de destino do usuário.

§ 2º – O município poderá, segundo seu exclusivo critério, suprimir exigência contida neste artigo desde que não contrária disposição expressa em Lei.

§ 3º - As outorgas se darão pelo prazo de 15 (quinze) anos podendo ser renovadas por mais 2 (dois) anos, as quais, após findarem-se, serão objeto de novo procedimento licitatório.

20 anos
Al



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 11 - São considerados oficiais todos os pontos de táxis atualmente existentes, devendo eles serem especificados, inclusive o quantitativo, através de decreto.

Parágrafo único - O ponto localizado no Terminal Rodoviário funcionará pelo sistema de rodízio, utilizando os veículos sediados nos demais pontos com a escala organizada pela própria categoria. O número máximo de veículos estacionados não poderá ser superior a 05 (cinco). *Suprimir*

Art. 12 - Fica autorizada a instalação de 02 (dois) Pontos de Taxi para cada distrito/povoado do município de Guanhanes, os quais sediarão, no máximo, 2 (dois) veículos cada, à vista das peculiaridades da zona rural.

Art. 13. Compete à Secretaria de Administração e Recursos Humanos a criação de novos pontos de táxis.

§1º. A proposta para a criação de novos Pontos de táxi na área da sede do município, assim como nos seus distritos, dependerá de estudo prévio pela Secretaria competente, para a verificação técnica da viabilidade e necessidade, considerando sempre, o limite imposto pelo art. 1º desta Lei.

§2º. Na instalação de qualquer novo Ponto de táxi, na sede do município ou em seus distritos, será observada a distância mínima de 500 (quinhentos) metros de quaisquer dos pontos oficiais existentes, conforme previsto no art. 11 desta Lei.

Art. 14 - Para maior comodidade e atendimento da necessidade da população que habita os bairros mais distantes do centro da cidade de Guanhanes, poderá a Prefeitura Municipal, por meio do órgão competente, autorizar o funcionamento de PONTOS PROVISÓRIOS MÓVEIS, os quais serão supridos por veículos lotados nos pontos oficiais, pelo sistema de rodízio, observadas as mesmas normas estabelecidas no parágrafo único *Suprimir*



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

do art. 11, sendo que, nesta hipótese, o número de veículos nesses PONTOS PROVISÓRIOS não poderá exceder a 2 (dois) veículos.

Art. 15. Os Pontos de táxi localizados dentro do perímetro urbano somente poderão ser operados por veículos de passeio, observadas as normas editadas pela Secretaria, excluídos os veículos caracterizados como utilitários.

Parágrafo único. Para que o proprietário de táxi licenciado utilize-se de preposto para operar veículo, deverá observar a legislação trabalhista, provendo o registro do preposto como empregado e conseqüente cadastro junto à Prefeitura, oportunidade em que assinará um termo, responsabilizando-se expressamente, pelos atos de seu preposto.

Art.16. As vagas surgidas nos Pontos por desistência, morte ou decorrentes da cassação da licença, observando o limite do número dos veículos estabelecido no art. 1º desta Lei, serão preenchidas pelos interessados cadastrados, na ordem cronológica da formalização do cadastro junto à Prefeitura.

Art. 17. O proprietário de táxi fica obrigado:

- I – Acatar as normas expedidas pela Prefeitura Municipal;
- II- Atender às exigências do Código de Trânsito Brasileiro;
- III – Praticar as tarifas autorizadas, após a publicação do decreto regulamentador;
- IV _ Manter o número do registro de identificação visivelmente grafado nas duas portas dianteiras do veículo;
- V – Submeter o veículo a vistoria do órgão competente da Prefeitura Municipal ou outro que o município designar, por ocasião da renovação anual da licença, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano;
- VI – Manter o cartão de vistoria em local visível;



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

VII – Não utilizar o veículo quando o taxímetro estiver com defeito ou com lacre danificado. *como transporte coletivo*

§1º - A inobservância das obrigações estabelecidas nesta Lei impõe aos proprietários de táxi as seguintes sanções:

- a) Suspensão por 30 dias;
- b) Cassação da licença e cancelamento da vaga no ponto onde estiver sediado, caso não haja outro interessado, conforme dispõe o art. 16 desta Lei, em caso de reincidência.

§ 2º. Os táxis ficarão sujeitos a vistorias periódicas procedidas pela Prefeitura Municipal ou outro órgão por ela designado/credenciado.

§3º - Os permissionários e condutores de táxis deverão respeitar a legislação em vigor e normas baixadas pela Prefeitura Municipal relativas à atividade.

Art. 18 – Os veículos de transporte coletivo da zona rural para a urbana e vice-versa serão regulamentados por Decreto Municipal que especificará ano do veículo, condições específicas de dirigibilidade, normas programáticas, tarifas e demais temas pertinentes. *obrigados as decisões do Conselho*

Art. 19 - O município editará Decreto regulamentando a atividade, formas de reajuste de tarifas e contratação.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 – Revogam-se as disposições em contrário.
Guanhanes, 23 de abril de 2013.


Geraldo José Pereira
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

= JUSTIFICATIVA =

Ref. Proj. _____/2013 de 23/04/2013

Ao

Ilmo. Sr.

Demerval de Pinho Tavares Neto

DD. Presidente da Câmara Municipal de

Guanhães - M G

Senhor Presidente;

Senhores Vereadores;

Senhoras Vereadoras.

Sirvo do presente para enviar-lhe em anexo o projeto de lei datado de 23 de abril do corrente ano, que versa sobre normatização de serviço permissionário de Transporte individual e coletivo no âmbito deste município, para apresentação, apreciação e competente votação dos ilustres Edis, nos termos da legislação vigente.

Tendo em vista a recomendação nº 001/2013, que também segue anexa, emanada das duas Procuradorias do Ministério Público desta Comarca e, principalmente, considerando os princípios que devem nortear as ações da administração Pública tais como o da impessoalidade e da legalidade, e, tendo por premissa a necessidade de legalizar e disciplinar os serviços de locação de veículos por passageiros individual (Taxi) e coletivo, imbuído do compromisso de desenvolvimento desta comunidade, o presente projeto visa, essencialmente, regulamentar os serviços de transporte individual (Taxi) e coletivo no âmbito deste município.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Julgando desnecessário enfatizar a necessidade de aprovação do presente projeto, vez que reconheço em cada representante do povo, nessa Casa, a percepção de que é dever da Administração Pública, dentro de suas possibilidades, oferecer aos seus munícipes condições de melhoria de vida e desenvolvimento econômico-social, solicito-lhe seja repassado aos ilustres Vereadores o projeto em pauta, para que procedam a devida apreciação e se entenderem justo, a aprovação da matéria ora apresentada.

Atenciosamente;



Geraldo José Pereira

Prefeito Municipal

ESTADO DE MINAS GERAIS

15 DE JUNHO

DE 1891